



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

CONCURSO PÚBLICO | TARDE

CARGO 9

AGENTE DE ACOMPANHAMENTO - TJ/NM-2

Caderno de Provas Objetivas.

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo para o qual você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira também o seu nome e os dados do cargo para o qual você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Os conceitos e princípios fundamentais da ciência são invenções livres do espírito humano.

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Durante a realização das provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone (0XX)61 3448-0100; Internet – www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão penalizadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

- 1 Implantado em maio de 2009, por meio de convênio celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJ/RR) com o governo desse estado, o programa Justiça Comunitária visa estimular e viabilizar a solução de pequenos conflitos, com a participação da comunidade.

- 2 É desenvolvido com o auxílio de câmaras que são compostas por membros da comunidade (pais, professores etc.) e profissionais voluntários, o que indica que os referidos conflitos serão solucionados de acordo com os conceitos e anseios daquela comunidade.

O programa tem três principais metas de atuação:

- 3 solucionar pequenos conflitos, no ambiente escolar, tais como discussões, perseguições e exclusões, sempre que indiquem a possibilidade da ocorrência de delitos ou infrações (justiça restaurativa);
- 4 prestar orientação para as crianças e adolescentes com distúrbios sociais e com indícios de participação em pequenas infrações nas escolas ou na comunidade (justiça terapêutica);
- 5 solucionar os pequenos conflitos entre os moradores da respectiva comunidade (justiça comunitária).

- 6 Assim, o projeto tem como objetivo, além de buscar a harmonia dentro de cada comunidade, evitar que pequenos conflitos se tornem problemas de difícil solução para a sociedade.

Fonte: <<http://co.magedoria.tj-rr.gov.br/>> (com adaptações).

A partir da compreensão do texto acima e da análise de seus componentes linguísticos, julgue os itens que se seguem.

- 1 No segundo parágrafo, o trecho “que são” (l.6) e o elemento “o” do segmento “o que indica” (l.8) podem ser suprimidos, sem prejuízo para o sentido e para a correção gramatical do texto.
- 2 O texto obedece à seguinte estruturação: na introdução, apresenta-se a criação do programa Justiça Comunitária; no desenvolvimento, quem são seus beneficiários; e, na conclusão, quais são seus objetivos.
- 3 O texto em questão é predominantemente informativo.
- 4 Sem que o sentido original do período seja prejudicado, o trecho “por membros da comunidade (pais, professores etc.) e profissionais voluntários” (l.7-8) pode ser reescrito da seguinte forma: membros da comunidade e profissionais voluntários (pais, professores etc.).
- 5 Considerando-se o modo como estão expostos os objetivos do programa Justiça Comunitária, depreende-se que as ações descritas no último parágrafo do texto extrapolam tais objetivos.
- 6 As três principais metas de atuação a que visa o programa Justiça Comunitária são, em última instância: evitar o surgimento de pequenos conflitos, solucionar os que surgirem e punir os responsáveis.
- 7 Da leitura do texto depreende-se que o referente do sujeito oculto da oração “Implantado em maio de 2009” (l.1) é “Tribunal de Justiça do Estado de Roraima (TJ/RR)” (l.2-3) e que o referente do sujeito da oração “É desenvolvido com o auxílio de câmaras” (l.6), também oculto, é “o programa Justiça Comunitária” (l.3-4).

- 8 Nos anos 70 do século passado, durante o auge dos grandes projetos de infraestrutura implantados pelos governos militares, a Amazônia era conhecida como o inferno verde.

- 9 Uma mata fechada e insalubre, empestada de mosquitos e animais peçonhentos, que deveria ser derrubada a todo custo — sempre com incentivo público — pelos colonos, operários e garimpeiros que se aventuravam pela região. Essa visão mudou bastante nas últimas duas décadas, à medida que os brasileiros perceberam que a região é um patrimônio nacional que não pode ser dilacerado sem se comprometer o futuro do próprio país.

- 10 Mesmo agora, com o reconhecimento de sua grandeza, a floresta amazônica permanece como um domínio da natureza no qual o homem não é bem-vindo. No entanto, vivem lá 25 milhões de brasileiros, pessoas que enfrentaram o desafio do ambiente hostil e fincaram raízes na porção norte do Brasil. Assusta observar que, no intenso debate que se trava sobre a melhor forma de preservar (ou, na maior parte das vezes, ocupar) a floresta, esteja praticamente ausente o maior protagonista da saga amazônica: o homem. É uma forma enviesada de ver a situação, pois o destino da região depende muito mais de seus habitantes do que de papalórios produzidos em Brasília ou da boa vontade de organizações não governamentais. A prioridade de todas as iniciativas deveria ser melhorar a qualidade de vida e criar condições econômicas para que seus habitantes tenham alternativas à exploração predatória. Só assim eles vão preservar a floresta em vez de destruí-la, porque terão orgulho de sua riqueza natural única no mundo.

Veja *Expediente Amazônia*, set/2009, p. 22-4 (com adaptações).

A partir da compreensão do texto acima apresentado e da análise de palavras e expressões linguísticas nele contidas, julgue os próximos itens.

- 8 O acento gráfico empregado em “destruí-la” justifica-se pela mesma regra que obriga a acentuação de “raízes”.
- 9 Sem prejuízo para os sentidos e a correção gramatical do texto, admite-se, para o segmento “a região é um patrimônio nacional que não pode ser dilacerado sem se comprometer o futuro do próprio país” (l.9-11), a seguinte reescrita: a região constitui uma riqueza nacional que não pode ser destruída sem se colocar em risco o amanhã da própria nação.
- 10 No texto, o autor defende a ideia de que toda discussão sobre a Amazônia deve ter como prioridade melhorar a qualidade de vida de seus habitantes.
- 11 Depreende-se do texto que o autor considera os habitantes da Amazônia um povo dotado de coragem, valentia, intrepidez.
- 12 Sem prejuízo para a correção gramatical do texto, o ponto-final empregado imediatamente após a palavra “verde” (l.3) poderia ser substituído por dois-pontos — seguido de inicial minúscula (uma) —, porque o período que se segue a tal palavra é um esclarecimento de “inferno verde”, denominação pela qual era conhecida a Amazônia.
- 13 Na linha 4, o adjetivo “insalubre” foi empregado para caracterizar a Amazônia como mata onde falta sal, por estar distante dos oceanos.
- 14 O pronome relativo “que” empregado nos trechos “que deveria ser derrubada” (l.5); “que se aventuravam” (l.7) e “que enfrentaram o desafio” (l.15) tem como antecedente, respectivamente, os termos “Uma mata fechada e insalubre” (l.4); “colonos, operários e garimpeiros” (l.6-7) e “25 milhões de brasileiros” (l.15).


Considerando que o responsável pela Defensoria Pública do Estado de Roraima tenha de enviar comunicação escrita a um deputado, convidando-o para participar de cerimônia comemorativa do órgão em Roraima, julgue o item abaixo.

- 15 Na situação descrita, o ofício é o documento adequado à referida comunicação, na qual estará correto o emprego do vocativo “Senhor Deputado.”

Em relação aos conceitos e aplicativos de Internet e *intranet*, julgue os itens a seguir.

- 16 *Intranet* é uma rede interna de determinada instituição ou empresa, e o acesso ao seu conteúdo é geralmente restrito e sempre local.
- 17 Por meio do Google Groups (groups.google.com.br), é possível criar grupos de discussão gratuitamente, os quais podem compartilhar documentos, imagens e outras informações, que ficam, então, disponíveis para qualquer um de seus membros, que podem visualizar essas informações, contribuir com conteúdos e emitir comentários a partir da página do grupo.
- 18 O termo *plugin*, quando empregado em relação à Internet, refere-se à conexão realizada em um *site web*.

Com relação aos ambientes Windows e aos pacotes BrOffice.org e Microsoft Office, julgue os itens que se seguem.

- 19 É possível configurar o sistema operacional Windows 7 para realizar automaticamente *backups* de fotos, músicas e outros arquivos.
- 20 O Windows 7 não oferece suporte para os computadores que trabalham com 64 *bits*.
- 21 No Writer do BrOffice.org, é possível alterar a orientação do papel do tipo retrato para o tipo paisagem por meio da seguinte sequência de procedimentos: no *menu* Formatar, selecionar a opção Página e, em seguida, Página, selecionar a opção Paisagem e clicar OK.
- 22 No Word do pacote Microsoft Office, o botão  pode ser usado para formatar automaticamente o documento que está sendo editado em um documento do tipo carta.

Julgue os próximos itens, acerca de segurança da informação.

- 23 Com o uso de certificação digital, é possível assinar digitalmente documentos eletrônicos e, assim, garantir a confidencialidade das informações neles contidas.
- 24 Um usuário que acesse a Internet deve instalar, no seu computador, um antivírus para garantir o sigilo dos dados que estejam armazenados em tal computador.

No século XX, a população do planeta aumentou 2,5 vezes. O consumo de água, por sua vez, cresceu seis vezes. Hoje, 2,5 bilhões de pessoas estão sob estresse hídrico — que ocorre quando uma pessoa tem acesso, em um ano, a menos de mil metros cúbicos de água. Juntos, Ásia, África e Europa têm 86% da população mundial e 55% dos recursos hídricos. Na América do Sul, são 6% da população e 26% da água.

O Globo, caderno Planeta Terra, mar./2011, p. 7 (com adaptação)

Considerando o texto acima e a amplitude do tema que ele aborda, julgue os itens seguintes.

- 25 Ainda que não resulte em problemas sanitários de maior gravidade, a ponto de preocupar as autoridades de saúde pública, e mesmo que o combate ao problema não custe caro, a degradação das fontes de fornecimento de água para o consumo humano apresenta-se como freio ao desenvolvimento econômico.
- 26 Depreende-se do texto que a disponibilidade de água divide o planeta; assim, proporcionalmente, áreas com maior número de habitantes dispõem de menos recursos hídricos, o que é um grave problema.
- 27 Privilegiado em termos de bacias hidrográficas, o Brasil não convive com o problema da escassez de água, nem mesmo nos maiores centros urbanos do país.
- 28 Fenômeno de dimensões cada vez mais globais, os problemas de abastecimento de água decorrem, entre outros motivos, da inexistência de planejamento urbano para a utilização do solo, da precariedade na coleta e na destinação do lixo e da ocupação desenfreada das áreas ribeirinhas.

O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) chega aos vinte anos tentando superar divergências. O bloco comemora aniversário ao mesmo tempo em que tenta afinar interesses, dados estatísticos, metas macroeconômicas e efetuar a integração institucional e social entre os países-membros. O gigantismo do Brasil em relação aos parceiros e os atritos comerciais com a Argentina — que insiste em impor barreiras aos produtos importados do Brasil — atrapalham avanços maiores.

Revista Econômica, 25-27/2/2011, capa (com adaptação)

Com base no texto acima e nos múltiplos aspectos por ele suscitados, julgue os itens a seguir.

- 29 Superando históricas desconfianças recíprocas, a aproximação entre Argentina e Brasil, ainda nos anos 80 do século passado, suscitou o surgimento do MERCOSUL.
- 30 Identificados com as exigências da economia globalizada, blocos econômicos como o MERCOSUL não admitem medidas protecionistas.
- 31 A existência de blocos econômicos, a exemplo da União Europeia e do MERCOSUL, é uma das características mais acentuadas do atual estágio da economia mundial, comumente denominado globalização.

Com base no disposto na Constituição do Estado de Roraima, julgue os itens que se seguem.

32. Compete ao TJ/RR processar e julgar originariamente os conflitos de competência entre órgãos do próprio tribunal e os conflitos de atribuições entre autoridades judiciárias e administrativas, quando forem interessados, nesses conflitos, o governador, os prefeitos municipais, a mesa da Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas do estado e o procurador-geral de justiça.
33. O governador do estado, o procurador-geral da República, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e os prefeitos e as mesas das câmaras municipais, entre outros, têm legitimidade para propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo estadual ou municipal contestado em face da Constituição estadual.

No que concerne ao Código de Organização Judiciária do Estado de Roraima, julgue os itens consecutivos.

34. Ao juiz de direito da 3.ª Vara Cível compete processar e julgar, entre outras, as causas que se refiram aos registros públicos e as causas que sigam o procedimento sumário.
35. O Tribunal Pleno e o Conselho da Magistratura são os dois órgãos de julgamento do TJ/RR, o qual é composto por dezessete desembargadores e tem sede na capital e jurisdição em todo o estado de Roraima.
36. Compete ao presidente do TJ/RR presidir a Câmara Única, bem como, em audiência pública, distribuir todos os recursos e causas submetidas ao julgamento do tribunal.

Julgue os itens de 37 a 40, relativos ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Estado de Roraima.

37. É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, excetuadas as hipóteses previstas em dispositivos constitucionais. Essa proibição estende-se a cargos, empregos e funções em autarquias, empresas e fundações públicas e em sociedades de economia mista mantidas pelo poder público estadual.
38. Remuneração é o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei.
39. O servidor que, a serviço, se afastar da sede em caráter permanente para outro ponto do território nacional fará jus a passagens e diárias, destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinárias com alimentação, conforme disposto em regulamento do órgão em que trabalha.

40. A ação disciplinar prescreve em três anos, se relativa às infrações puníveis com demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão e, em um ano, se referente a suspensão. O prazo de prescrição começa a correr da data do fato.

Com relação à organização administrativa do Estado, à administração direta e indireta, ao ato administrativo e aos agentes públicos, julgue os próximos itens.

41. A titularidade do agente público para a realização de ato administrativo prescreve caso esse agente deixe de exercer, na condição de chefe, por mais de dois anos ininterruptos, a competência que lhe é conferida.
42. A administração pública não está obrigada a provar que o ato administrativo por ela editado é válido, mesmo que existam particulares incomodados com a sua aplicação.
43. O agente público classificado como agente político sujeita-se às regras comuns aplicáveis aos servidores públicos em geral, além das regras próprias aos agentes políticos.
44. O mesário eleitoral, exemplo de agente honorífico, é considerado funcionário público apenas para fins penais.
45. A expressão administração pública faz referência a todos os órgãos e agentes públicos de todos os Poderes do Estado.

Julgue os itens que se seguem, referentes a poderes administrativos, licitações e contratos, convênios e controle e responsabilização da administração pública.

46. O exercício do poder de polícia restringe-se aos órgãos que realizam atividade de fiscalização. As pessoas políticas do Estado não dispõem de tal prerrogativa porque, se assim fosse, estaria caracterizado abuso de poder.
47. É inexigível a licitação para aquisição, por um tribunal, de aplicativo para a gestão eletrônica de documentos desenvolvido por uma única empresa.
48. O tribunal que pretenda alienar bem imóvel inservível deve realizar leilão, modalidade de licitação que propicia a participação de quaisquer interessados na aquisição do bem.
49. O Poder Judiciário pode, sempre que provocado, revogar ato do Poder Executivo.
50. Decorre do poder hierárquico o dever do servidor público de acatar e executar ordem de um superior, ainda que tal ordem seja ilegal, devendo o servidor subordinado apenas informar o ocorrido se houver instauração de processo administrativo ou sindicância para a apuração do fato.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca da organização do Estado e da administração pública, julgue os itens seguintes.

- 51** São entes autônomos que compõem a estrutura político-administrativa do Estado federal brasileiro a União, os estados, o Distrito Federal, os territórios e os municípios.
- 52** A União — pessoa jurídica de direito público interno, componente da Federação brasileira — compete representar o Estado federal no plano internacional.
- 53** Os ministérios e órgãos diretamente subordinados à Presidência da República integram a administração descentralizada, ao passo que as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público constituem a administração indireta.

Tendo em vista os princípios fundamentais da Constituição Federal de 1988 (CF), julgue os itens subsequentes.

- 54** A CF determina, expressamente, que o Brasil deve buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, com vistas à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- 55** A soberania deve ser entendida como um poder supremo e independente na ordem interna, que não está limitado por nenhum outro. Tal conceito não se aplica, porém, na esfera internacional, pois os Estados que, a exemplo do Brasil, se submetem às regras de organismos como a Organização das Nações Unidas abdicam de sua soberania em prol de uma comunidade internacional de nações.

No que diz respeito ao Poder Executivo, julgue os próximos itens.

- 56** O presidente da República somente pode ser submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade, se a Câmara dos Deputados admitir a acusação, autorizando a consequente instauração do processo.
- 57** Na hipótese de haver vacância dos cargos de presidente e vice-presidente da República nos dois primeiros anos do período presidencial, devem ser sucessivamente chamados a assumir a Presidência o presidente da Câmara dos Deputados, o do Senado Federal e o do Supremo Tribunal Federal.
- 58** O presidente da República tem competência para dispor, mediante decreto, sobre a criação ou extinção de funções, cargos e órgãos públicos.

Julgue os itens a seguir, relativos aos sistemas de controle interno e externo da administração pública.

- 59** As contas do presidente da República, dos governadores e dos prefeitos são julgadas pelos respectivos tribunais de contas, aos quais compete a apreciação de relatórios e planos de governo elaborados anualmente pelos chefes do Poder Executivo.
- 60** O cidadão que detecte irregularidade na execução de convênio firmado entre a prefeitura da cidade onde reside e o governo federal poderá, independentemente da assistência de advogado e de interesse direto na obra conveniada, denunciar tais irregularidades ao Tribunal de Contas da União.
- 61** O controle interno, também denominado autocontrole, exercido dentro da esfera dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, possui natureza administrativa.

Considerando o disposto na CF a respeito da defesa do Estado e das instituições democráticas, julgue os itens subsequentes.

- 62** O presidente da República só poderá decretar estado de defesa após autorização do Congresso Nacional, que decidirá a esse respeito por maioria absoluta.
- 63** Na hipótese de vigência de estado de sítio, o Estado pode, legitimamente, obrigar o cidadão a permanecer em localidade determinada, impedindo-o de viajar para outra localidade.

Em relação aos direitos e às garantias fundamentais, julgue os itens a seguir.

- 64** Usufrui da condição de cidadão o brasileiro, nato ou naturalizado, no gozo dos direitos políticos e participante da vida do Estado. Assim, não detêm o atributo da cidadania os estrangeiros e os apátridas, já que a nacionalidade constitui pressuposto para o exercício da cidadania.
- 65** A CF veda, de forma expressa, a cassação de direitos políticos, ainda que disponha sobre casos de perda ou suspensão desses direitos.

Com referência aos direitos da personalidade, julgue os itens que se seguem.

- 66** Para os menores a partir de dezesseis anos de idade, a incapacidade cessa pelo estabelecimento civil ou comercial, ou pela existência de relação de emprego, desde que, em função deles, o menor tenha economia própria.
- 67** Os menores de dezoito anos de idade são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.

Julgue os itens seguintes, a respeito das pessoas naturais e jurídicas e da responsabilidade civil.

- 68** O nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória, sendo civilmente responsáveis pelo ressarcimento de dano decorrente de publicação pela imprensa tanto o autor do escrito quanto o proprietário do veículo de divulgação.
- 69** Considere que determinada fundação privada seja instituída com a finalidade de incentivar o uso de tabaco no Brasil e que, dois anos após a sua instituição, o Congresso Nacional brasileiro publique lei proibindo o uso dessa substância no território nacional. Nessa situação, como a atividade principal da fundação tornar-se-á ilícita, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, essa pessoa jurídica deverá ser extinta e o seu patrimônio, retornar ao instituidor ou aos seus herdeiros.
- 70** Se um jornalista brasileiro for feito prisioneiro por integrantes do regime militar de país que se encontre em guerra civil, o juiz poderá declarar a morte presumida desse jornalista e decretar sua ausência, após dois anos do término da guerra, caso ele não seja encontrado, independentemente de serem esgotadas as buscas e averiguações na intenção de localizá-lo.

Julgue os itens a seguir, que versam sobre propriedade.

- 71 O dono de prédio que não tiver acesso a via pública pode, mediante pagamento de indenização cabal, constranger o vizinho a lhe dar passagem. Se necessário, o rumo dessa passagem deverá ser fixado judicialmente.
- 72 Considere a seguinte situação hipotética.
Lauro perdeu uma mala com joias e dinheiro — bens avaliados em cerca de R\$ 100.000,00 — no banheiro da sala de embarque do aeroporto de Boa Vista – RR, e, passados trinta dias, Bruno, faxineiro no aeroporto, que encontrara a mala, a devolveu intacta a Lauro, após grande esforço para encontrá-lo.
Nessa situação hipotética, Bruno não faz jus a nenhuma recompensa por parte de Lauro.

Com referência a obrigações, julgue os seguintes itens.

- 73 Em regra, efetuar-se-á o pagamento no domicílio do credor, salvo se as partes convencionarem diversamente, ou se o contrário resultar da lei, da natureza da obrigação ou das circunstâncias.
- 74 Nos contratos de adesão, são nulas as cláusulas que estipulem a renúncia antecipada do aderente a direito resultante da natureza do negócio.
- 75 Nas obrigações solidárias, se um dos credores falecer, cada um de seus herdeiros, se os houver, só terá direito a exigir e receber a quota do crédito que corresponder ao seu quinhão hereditário, ainda que a obrigação seja indivisível.

A respeito da capacidade processual, do litisconsorte e da intervenção de terceiros, julgue os itens que se seguem.

- 76 A denunciação da lide é facultativa àquele que estiver, pela lei ou pelo contrato, obrigado a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.
- 77 O chamamento ao processo objetiva a inclusão do devedor principal ou dos coobrigados pela dívida, de forma que integrem o polo passivo da relação já existente, a fim de que o juiz declare, na mesma sentença, a responsabilidade de cada um.
- 78 O gerente de filial ou agência de pessoa jurídica estrangeira não se presume autorizado a receber citação inicial para o processo de conhecimento no ordenamento jurídico brasileiro. Assim, o ato citatório só terá efeito caso o gerente tenha expressa autorização para recebê-lo.
- 79 Quanto à uniformidade da decisão, pode-se classificar o litisconsórcio em simples — quando a demanda tiver de ser decidida de forma idêntica para todos os que figurem no mesmo polo da relação processual — e em unitário — quando a decisão, embora proferida no mesmo processo, não tiver de ser uniforme para todos os litisconsortes.
- 80 Caso empregado rural — mero detentor, e não possuidor de bem imóvel — seja citado em ação possessória ajuizada para fins de reintegração de posse em área da fazenda onde trabalha, o proprietário da fazenda deverá ser indicado como réu, por meio do instituto da nomeação à autoria.

Julgue os próximos itens, relativos a procedimento sumário, prova e recursos.

- 81 O prazo para a oposição de embargos de declaração em primeira instância é de cinco dias, em petição dirigida ao juiz, devendo ser indicado o ponto obscuro, contraditório ou omissivo, não estando tais embargos sujeitos a preparo.
- 82 Nas causas de cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio, deve-se observar o procedimento sumário apenas se o valor econômico da demanda não exceder a sessenta vezes o valor do salário mínimo.
- 83 No procedimento sumário, não são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, salvo a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.
- 84 Na ação de exibição de documentos, se a recusa for considerada ilegítima, ao decidir o pedido, o juiz deverá admitir como verdadeiros os fatos que, por meio do documento, a parte pretendia provar, cabendo, ainda, nesse caso, a aplicação de multa cominatória a quem recusar a ordem judicial para a exibição dos documentos.
- 85 Quando o dispositivo do acórdão contiver julgamento por maioria de votos e julgamento unânime, e forem interpostos embargos infringentes, o prazo para recurso extraordinário ou recurso especial, relativamente ao julgamento unânime, ficará sobrestado até a intimação da decisão nos embargos.

Em relação a tipicidade, ilicitude, culpabilidade e punibilidade, julgue os itens subsequentes:

- 86 Culpabilidade é o juízo de censurabilidade e reprovação exercido sobre alguém que praticou um fato típico e ilícito. Aquele que pratica um crime, proveniente de caso fortuito ou força maior, em estado de embriaguez completa terá sua culpabilidade excluída.
- 87 Tipicidade é a integral correspondência entre uma conduta praticada no mundo real e o modelo descritivo constante da lei penal. O ordenamento jurídico brasileiro, com fundamento no princípio da insignificância, considera atípica, por exemplo, a subtração de uma nota de R\$ 1,00 para si, mediante violência ou grave ameaça à pessoa.
- 88 Ilícitude é a contradição entre a conduta e o ordenamento jurídico, o que faz que a ação ou omissão típica tornem-se ilícitas. A ilicitude é excluída pela legítima defesa, que ocorre quando alguém, usando moderadamente os meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Julgue os itens seguintes, relativos ao concurso de pessoas e às penas.

- 88** As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade. Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por pena restritiva de direitos e, nas condenações superiores a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas penas restritivas de direitos.
- 89** Considere a seguinte situação hipotética.
Mário e Lucas planejaram assaltar uma lotérica. Para tanto, furtaram uma motocicleta, que foi conduzida por Mário até o estabelecimento. Quando lá chegaram, Lucas desceu da moto armado e entrou na lotérica, tendo Mário aguardado do lado de fora para garantir a fuga. Agentes de segurança da lotérica reagiram ao assalto e Lucas assassinou um deles, fugindo, em seguida, sem nada subtrair do estabelecimento.
Nessa situação hipotética, como não pretendia praticar homicídio, Mário deve responder apenas pela tentativa de roubo, sem incidência de causa de aumento de pena.
- 91** As penas privativas de liberdade devem ser executadas em forma progressiva, segundo o mérito do condenado, observados os critérios determinados no Código Penal e ressalvadas as hipóteses de transferência a regime mais rigoroso. O condenado a pena superior a oito anos deverá começar a cumpri-la em regime fechado.

No que se refere aos crimes contra a pessoa e contra a administração pública, julgue os itens a seguir.

- 92** Quem, para ocultar desonra própria, abandona recém-nascido responde pelo delito de abandono de incapaz.
- 93** Na hipótese de peculato culposo, a reparação do dano, se precede a sentença irrecorrível, extingue a punibilidade; se lhe é posterior, reduz pela metade a pena imposta.
- 94** O funcionário público que exige, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, vantagem indevida comete o delito de corrupção passiva.
- 95** No delito de homicídio, se o agente comete o crime impellido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode deixar de aplicar a pena.

Julgue os itens de 96 a 99, referentes aos princípios do processo penal, aos sistemas processuais e ao inquérito policial.

- 96** Segundo o princípio denominado favor rei, a dúvida sempre beneficia o acusado, de forma que, se houver duas interpretações, deve-se optar pela mais benéfica à defesa.

97 Segundo o Código de Processo Penal, o inquérito deve terminar no prazo de dez dias se o indiciado tiver sido preso em flagrante ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nessa hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de trinta dias, quando o indiciado estiver solto, mediante ou não o pagamento de fiança.

98 Ainda que não se permita ao Ministério Público a condução do inquérito policial propriamente dito, tendo em vista o caráter meramente informativo de tal peça, não há vedação legal para que aquele órgão proceda a investigações e colheita de provas para a formação da *opinio delicti*.

99 No sistema processual inquisitivo, a fase investigatória fica a cargo da polícia judiciária, sob controle externo do Ministério Público, a que, ao final, caberá propor a ação penal ou o arquivamento do caso. Além disso, nesse sistema, a autoridade judiciária não atua como sujeito ativo na produção de prova.

A respeito da ação penal e da prova, julgue os itens que se seguem.

100 A denúncia ou queixa deve conter a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo e a classificação do crime, dispensando-se o rol das testemunhas, que deve ser apresentado em momento posterior.

101 Depois de devidamente qualificado e cientificado do inteiro teor da acusação, o acusado deverá ser informado pelo juiz, antes de este iniciar o interrogatório, do seu direito de permanecer calado e de não responder perguntas que lhe forem formuladas. O acusado deverá ser cientificado, ainda, de que o silêncio, apesar de não importar em confissão, poderá ser interpretado em prejuízo da defesa.

102 Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, estado e município, a ação penal será pública.

Julgue os próximos itens, que tratam de prisão e liberdade provisória.

103 A violação da fiança importa a perda da integralidade do seu valor em favor do Estado, mas não a obrigação, por parte do réu, de recolher-se à prisão.

104 A autoridade policial somente pode conceder fiança nos casos de infração penal punida com detenção ou prisão simples.

105 A prisão preventiva pode ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência de crime do tipo culposo e indício suficiente de autoria.

Com base na Lei de Execução Penal (LEP), julgue os itens seguintes.

- 106** É dever do condenado indenizar a vítima ou os seus sucessores e o Estado. O condenado deve proceder à indenização ao Estado, se possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração oriunda do seu trabalho.
- 107** A LEP enumera como direitos do preso, entre outros, o vestuário, a proteção contra qualquer forma de sensacionalismo e o chamamento nominal. Prevê, ainda, que a integridade física e moral do preso seja respeitada por todas as autoridades.
- 108** As colônias agrícola, industrial ou similar destinam-se ao cumprimento da pena de condenado a regime aberto, que deve ser alojado em cela individual, equipada com dormitório, aparelho sanitário e lavatório.
- 109** A guia de recolhimento do sentenciado, extraída do processo que aplicar pena privativa de liberdade, é indispensável para o início de cumprimento de pena, devendo a autoridade administrativa encarregada da execução passar recibo da guia de recolhimento para juntá-la ao processo e dar ciência dos seus termos ao condenado.
- 110** Quando a condenação refere-se a mais de um crime, no mesmo processo ou em processos distintos, o regime de cumprimento de pena deve ser estabelecido somando-se ou unificando-se as penas, observadas, quando for o caso, a detração ou a remição.
- 111** O objetivo da LEP é efetivar as disposições da sentença penal condenatória ou de decisão administrativa que imponha sanção privativa de liberdade pela prática de ilícito penal, civil ou administrativo.
- 112** Toda pessoa condenada, independentemente do regime prisional, ao iniciar o cumprimento da pena, deve ser submetida a exame criminológico efetivado por comissão técnica de classificação responsável pela elaboração de programa individualizado da execução penal.
- 113** Apenas o condenado que cumpre pena em regime aberto pode remir, pelo trabalho, parte do tempo de execução da pena, sendo remido um dia de condenação a cada cinco dias de trabalho. O saldo de dias remidos obtido pelo condenado pode ser computado tanto para a concessão de livramento condicional quanto para indulto.

Com relação aos direitos e deveres dos presos, aos estabelecimentos penais e às execuções das penas, julgue os próximos itens.

- 114** Um dos deveres funcionais do diretor de estabelecimento prisional de segurança máxima é expedir e entregar ao preso atestado de pena a cumprir, emitido anualmente.
- 115** O diretor de estabelecimento prisional pode conceder permissão de saída do estabelecimento prisional aos condenados que cumprem pena em regime fechado ou semiaberto e aos presos provisórios, mediante escolta, quando o correr falecimento ou doença grave de cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão ou, ainda, para tratamento médico.
- 116** Ao condenado que se encontra internado em hospital de custódia e tratamento fica assegurado, nos termos da LEP, o direito de contratar médico de sua confiança — seja por seus familiares, seja por seus dependentes — para orientar e acompanhar o seu tratamento.

Julgue os itens subsequentes, que concernem à assistência e aos procedimentos judiciais e disciplinares na execução penal.

- 117** Sentenciado que pratique falta disciplinar pode ser isolado, preventivamente, por ordem da autoridade administrativa, pelo prazo de até dez dias. Esse tempo de isolamento ou inclusão preventiva no regime disciplinar diferenciado deve ser computado no período de cumprimento da sanção disciplinar.
- 118** As decisões do juízo da execução penal, segundo a LEP, são irrecorríveis quando houver decisão acerca de livramento condicional e *sursts*.

Com relação aos incidentes na execução penal, julgue os itens que se seguem.

- 119** A LEP autoriza apenas o sentenciado, por intermédio de seu advogado ou defensor público, a apresentar incidente de excesso ou desvio na execução.
- 120** O sentenciado que, tendo obtido conversão da pena privativa de liberdade em restritiva de direito, vier a praticar falta grave ou a sofrer condenação, por outro crime, à pena privativa de liberdade, cuja execução não tenha sido suspensa, deve ter a pena restritiva de direitos convertida em privativa de liberdade.